videnciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000).

20 de Março de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Aviso n.º 3989/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para especialista de informática do grau 2, nível 1.* — 1 — Concurso — autorizado por despacho de 7 de Fevereiro de 2006 da directora-geral da Administração Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso misto para:

Categoria — especialista de informática do grau 2, nível 1;
Carreira — especialista de informática;
Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral da Administração Pública, em Lisboa.

2 — Número de lugares — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — dois lugares, um dos quais destinado a funcionários pertencentes à dotação global da carreira de especialista de informática e o outro destinado a funcionários da carreira de técnico de informática, através da intercomunicabilidade vertical ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Quota externa — um lugar vago para funcionários da carreira de especialista de informática não pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares mencionados, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Área funcional — informática.

5 — Composição do júri:

Presidente — engenheira Maria Teresa Ressano Garcia Vasques Castel-Branco, subdirectora-geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Esmeralda da Conceição Tavares Carvalho, directora de serviços, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria do Céu Freitas, assessora principal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Helena Gouveia da Silva Azevedo, especialista de informática do grau 3, nível 2.

Dr. Armindo Nobre Monteiro, especialista de informática do grau 3, nível 2.

6 — Método de selecção — concurso de prestação de provas, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

6.1 — A prova de conhecimentos específicos revestirá a forma escrita, terá a duração máxima de cento e vinte minutos, incidindo sobre as matérias referentes aos temas abaixo indicados e constantes do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 9266/2004, da directora-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 10 de Maio de 2004, a p. 7251:

Gestão da informação e conhecimento da organização;
Planeamento e gestão de projectos informáticos;
Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas;
Telecomunicações e redes de comunicação de dados;
Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações;
Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
Auditoria e qualidade em sistemas de informação.

6.2 — A bibliografia necessária à realização da prova é a seguinte:

I) Tema «Gestão da informação e conhecimento da organização»:

A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação, João Eduardo Quintela Varajão, Ed. Lisboa FCA, 1998 (n.º 4579);

Strategic Planning for Information Systems, John Ward e Joe Peppard (n.º 4545);

II) Tema «Planeamento e gestão de projectos informáticos»:

Gestão de Projectos: Uma Perspectiva Integrada, Victor Sequeira Roldão (2853);

III) Tema «Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas»:

Guia Metodológico para o Desenvolvimento de Software, Luísa Pereira, Instituto de Informática, 1996 (n.º 4574);

IV) Tema «Telecomunicações e redes de comunicação de dados»:

Engenharia de redes Informáticas, Edmundo Monteiro e Fernando Boavida, FCA, 2000 (n.º 4578);

NetWork Security Essentials — Applications and Standards, William Stallings, Prentice Hall, ISBN: 0-13-016093-8 (n.º 4581);

V) Tema «Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações»:

Tecnologia de Bases de Dados, José Luís Pereira (n.º 4577);

VI) Tema «Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação»:

Segurança dos Sistemas e Tecnologias da Informação, Jorge Ferreira e Sebastião Alves (n.º 4575);

Website da Comissão Nacional de Protecção de Dados (<http://www.cnpd.pt>);

VII) Tema «Auditoria e qualidade em sistemas de informação»:

Auditoria de Sistemas de Informação, Alberto Carneiro (n.º 4576).

Nota. — Quando a mesma exista no Centro de Documentação da DGAP, os números indicados entre parêntesis a seguir a cada obra correspondem à respectiva cota.

7 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso, considerando-se válidos os requerimentos apresentados até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação:

No caso de entrega pessoal do requerimento de admissão — Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-D, 1.º, em Lisboa;

No caso de remessa por correio — Apartado 2905, 1123-001 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido à directora-geral da Administração Pública e contendo a indicação da categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos:

Nome, estado civil, residência, código postal, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade;

Indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal a que pertence e categoria e nível que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento:

a) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas), passada pelo serviço de origem a que pertence da qual conste de maneira inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, a categoria e o nível detidos e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

As classificações de serviço relevantes nos períodos em referência;

b) Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias detidas [para os candidatos da quota interna nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001].

8.4.1 — Outros documentos a juntar no caso de não ter sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso:

a) Requerimento dirigido ao júri do concurso solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação do desempenho rela-

tivamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma;

b) Currículo profissional reportado ao(s) período(s) em que não foi objecto de avaliação, que deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos: as habilitações académicas e profissionais, as acções de aperfeiçoamento que tenha frequentado, com relevância para as funções que exerce, o conteúdo funcional da respectiva categoria e, bem assim, de outros cargos que tenha exercido e finalmente a experiência profissional em áreas de actividade de interesse para as funções actuais.

9 — Aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral da Administração Pública não é exigida a apresentação do documento comprovativo a que se refere a alínea b) do n.º 8.4 do presente aviso que se encontra arquivado no processo individual, sendo officiosamente entregues ao júri as declarações a que se refere a alínea a) mesmo número.

10 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão exigidos no n.º 8.4 deste aviso determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no Serviço de Relações Públicas da Direcção-Geral da Administração Pública, situado na Avenida de 24 de Julho, 80-G, em Lisboa.

12 — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» (Despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000.)

20 de Março de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso n.º 3990/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que nesta data foi efectuada a distribuição da lista de antiguidade do pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo reportada a 31 de Dezembro de 2005, via correio electrónico.

10 de Março de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais

Aviso n.º 3991/2006 (2.ª série). — Faz-se público, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade, com referência a 31 de Dezembro de 2005, respeitante ao pessoal do quadro da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública se encontra afixada nestes Serviços para consulta dos interessados.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 3992/2006 (2.ª série):

Nuno Miguel Matildes Pícarra Serrano, técnico de administração tributária-adjunto, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos — passa à situação de licença sem vencimento de longa duração, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 14 de Fevereiro do corrente ano. (Não carece de fiscalização prévia.)

17 de Março de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 3993/2006 (2.ª série). — Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do conselho de administração do Hospital Pulido

Valente, E. P. E., de 3 de Fevereiro e de 2 de Março de 2006, respectivamente:

Maria de Fátima Martins Vieira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Hospital Pulido Valente, E. P. E. — autorizada a requisição, pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças da Horta, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

17 de Março de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 3994/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Março de 2006 do presidente do conselho de direcção:

José Manuel Rodrigues da Fonseca, técnico profissional principal (manutenção) do quadro de pessoal do Instituto de Informática — provido, precedendo concurso, como técnico profissional especialista (manutenção) do quadro de pessoal do mesmo Instituto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 303/2006. — Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005, de 29 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 18 de Outubro de 2005, estabelece o enquadramento geral relativo ao acompanhamento, por parte de equipas de projecto interministeriais, do estudo e implementação dos grandes projectos que envolvam investimento público;

Considerando que o n.º 4 da referida resolução do Conselho de Ministros estabelece a constituição das equipas de projecto através de despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do ministro responsável pelo sector de actividade em que se insere o projecto;

Considerando que o projecto de investimento público no SINERGIC — Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral se enquadra nos critérios estabelecidos no n.º 2 da mesma resolução:

Determina-se:

1 — É constituída a comissão de acompanhamento do projecto de investimento público no SINERGIC — Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral, com a seguinte composição:

Em representação do Ministro de Estado e das Finanças:

Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro, da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças;
Dr. Ladislau Pinho Gonçalves, da Inspeção-Geral de Finanças;

Em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:

Prof. Doutor Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião, vice-presidente do Instituto Geográfico Português;
Dr.ª Ana Cristina Palma Antunes Catita, assessora da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

2 — Nos termos do n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005, de 18 de Outubro, a participação na presente equipa de projecto não confere direito a qualquer remuneração adicional, sendo as despesas decorrentes do seu funcionamento repartidas pelos orçamentos dos serviços e organismos de origem.

3 — O apoio administrativo ao funcionamento da comissão é prestado pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

8 de Março de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.